

## **CXX SESSÃO ORDINÁRIA DO COMTUR (13 de maio de 2003)**

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e três, às 10h15, na Sala I do Palácio das Convenções do Anhembi, realizou-se a CXX Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, sob a presidência do Sr. João Batista de Lima e com a presença dos membros relacionados no final desta ata. Sr. João Batista iniciou a reunião justificando a ausência do Sr. Celso Marcondes que está em uma reunião na Prefeitura discutindo as tratativas finais para a realização da UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development, no Anhembi em 2004. Sr. João colocou a ata da CXIX Sessão Ordinária do COMTUR para aprovação. Em não havendo nada a ser declarado, a ata foi considerada aprovada. Seguiu a reunião colocando em discussão o parecer do processo da Prefeitura de 1998 sobre a Lei n.º 12.606/98. Sra. Denise comentou que este parecer foi encaminhado a todos os Conselheiros para conhecimento prévio. A Prefeitura enviou à Anhembi uma solicitação para que avaliássemos a Lei n.º 12.606/98, do Sr. Ver. Salim Curiati, que institui o “Programa Turístico da Cidade de São Paulo”, o qual envolve uma série de Secretarias. Explicou que quando o pedido chegou até nós para que essa Lei fosse regulamentada, não havia um consenso sobre qual seria o órgão responsável pela realização desse programa, logo após posicionaram a Secretaria de Cultura, mais especificamente o departamento de Patrimônio Histórico. No decorrer das reuniões, o Anhembi, enquanto órgão oficial de turismo, foi chamado para a discussão e assim levamos a informação de que dentro do PLATUM – Plano Municipal de Turismo já existe um programa que contempla os Roteiros Turísticos pela cidade, só não há verba suficiente para essa realização, mas existe toda uma equipe técnica que poderia estar discutindo o assunto. Sra. Denise informou que no decorrer das reuniões chegou-se à conclusão de que o DPH – Departamento do Patrimônio Histórico – não tem como administrar esse programa por falta de verba, mas poderia ajudar nas informações técnicas. Esse assunto voltou para o Anhembi para que fosse emitido um parecer e assim estamos passando ao COMTUR, para discutirmos a possibilidade de veto desta Lei já que este programa é contemplado no PLATUM. Abriu a palavra aos Conselheiros. Sr. Aristides concluiu que há uma superposição inexplicável dessa Lei com a Lei que criou o Conselho Municipal de Turismo, o PLATUM e o FUTUR e questionou como essa Lei foi aprovada. Sra. Denise informou que pode ser por falta de conhecimento de que o PLATUM já engloba esse programa. Sr. Aristides ressaltou que desta forma o veto dessa Lei se dá pela superposição à Lei que criou o COMTUR, o PLATUM e o FUTUR. Sr. Carlos Gusmão ressaltou que essa Lei é de 1998 e só está sendo discutida em 2003, até hoje nada foi resolvido, existem guias na cidade precisando trabalhar, a cidade necessita de um roteiro, criam Leis sem ter conhecimento das já existentes e lembrou que não se pode cancelar uma Lei, assim temos que achar uma maneira de fazer que com essa Lei ajude a cidade. Sra. Denise explicou que essa Lei não foi regulamentada. Sr. Armando esclareceu que a Câmara Municipal possui uma Comissão de Turismo e Gastronomia por onde esse processo nunca passou e já foi pedido neste Conselho que o Anhembi tenha algum elemento do seu corpo Jurídico participando, não só da Comissão, mas na Câmara para que esses problemas não ocorram. Sr. Armando concordou com o Sr. Aristides, pois esse projeto já é contemplado no PLATUM e será sugerido o veto. Sr. João perguntou se, em 1998, as Comissões já eram ativas na Câmara. Sra. Vininha de Moraes respondeu que sim, com a Presidência do Sr. Vereador Mohamad Mourad, assim é preciso que haja uma unificação e um entendimento entre o Anhembi e a Câmara para que isso seja definitivamente resolvido. Sr. Paulo Mattos lembrou que toda Lei pode ser revogada, então devemos nos preocupar com os efeitos que uma Lei pode produzir já que uma não

pode colidir com a outra. Ressaltou que a Anhembi deve se definir, pois exerce função dupla, de Secretaria Municipal de Turismo e de Locadora de Espaço, o que é errado, pois acaba confundindo suas funções, agora temos a oportunidade de fazer um estudo e um projeto para a separação dessas funções. Sr. João Batista informou que esta Lei foi sancionada e prorrogada. Sr. Leandro, representando a Câmara Municipal, informou que a Sra. Vereadora Myryam Athie, junto com a Câmara Municipal, está estudando a possibilidade de entrar em contato com o Executivo para que esta Lei seja revogada, a Comissão de Turismo já tem como entendimento que esta Lei está em contradição com o PLATUM. Sr. Armando comentou que tinha entendido que essa Lei estava em fase de ser vetado, mas ela já foi prorrogada, assim propôs que este Conselho fizesse uma moção no sentido de que esta lei seja revogada junto ao Executivo e junto à Câmara Municipal. Sr. João Batista colocou em aprovação a proposta sugerida pelo Sr. Armando, encaminharmos ao Executivo uma proposta de revogar a Lei. Sr. Paulo Mattos lembrou que além desta proposta, há também a proposta para a discussão da separação da Secretaria Municipal de Turismo da Anhembi. Sra. Vininha reforçou que teríamos que aproveitar essa oportunidade para que se crie definitivamente uma Lei e uma política municipal de turismo. Sra. Denise ressaltou que a proposta levantada pelo Sr. Paulo Mattos é uma discussão muito importante, mas ela tem uma discussão muito maior do que a da lei 12.606/98. Ressaltou que com o Conselho instalado, com o FUTUR e o PLATUM, a cidade de São Paulo tem sim uma política municipal de turismo. A discussão da Lei e a criação de uma Secretaria Municipal são muito diferentes e neste momento teríamos que estar voltados primeiro para qual seria a resolução do COMTUR para a Lei 12.606/98. Sr. Aristides comentou que temos duas propostas distintas, a primeira é a revogação da Lei 12.606/98 e a segunda proposta da discussão sobre se a Anhembi locadora de espaço e a Anhembi Secretaria Municipal de Turismo devem ou não continuar juntas. Sr. Armando completou dizendo que se houvesse efetivamente a Secretaria Municipal de Turismo até poderiam continuar juntas, mas isso não existe e tem que ser criado. Sr. Aristides comentou que esta proposta é muito importante e tem que ser discutida neste Conselho. Sr. João Batista explicou que não gostaria de colocar em aprovação, neste momento, a segunda proposta feita pelo Sr. Paulo Mattos devido à pauta desta reunião ser longa e à ausência do Sr. Presidente Celso Marcondes, deveríamos colocar este assunto em uma nova reunião, lembrando que se o Poder Executivo não aceitar a proposta, não será feita a separação. Manteve a aprovação da revogação da Lei 12.606/98. Em nada mais havendo a ser declarado foi aprovada a proposta de revogação da Lei 12.606/98 por unanimidade. Sr. Paulo Mattos lembrou que a proposta sobre a discussão da Separação do Anhembi locadora de espaços e Secretaria Municipal de Turismo, precisa de uma definição, pois todas as vezes em que se fala sobre essa separação, adiam esta decisão, não sabemos a opinião da Prefeitura. Sr. João respondeu que essa idéia é muito bem vinda à mesa diretora, mas não entrará em discussão, pois além de não constar na pauta desta reunião, o Sr. Presidente Celso Marcondes está ausente, na reunião que for marcada para a discussão deste item teremos que convidar outras entidades que fazem parte do trade, depois de elaborada uma proposta e enviá-la para o Poder Público para uma decisão. Sr. João Batista abriu a palavra aos Conselheiros. Sra. Magda sugeriu que fosse realizado, periodicamente, um demonstrativo do que já foi realizado do PLATUM, que é um plano extremamente importante, defende as diretrizes do turismo, porém foi elaborado e não sabemos em que situação está, como andam os projetos. Sra. Denise comentou que na última reunião foi apresentado um cronograma de trabalho, mostrando tudo que está previsto e o que já foi realizado. Solicitou que a Assessoria Técnica do COMTUR encaminhasse esse cronograma para conhecimento, se entendido pelo Conselho que há a necessidade de se

enviar periodicamente um relatório do que está sendo realizado. Sr. Aristides colocou que seria interessante que cada reunião tivesse um espaço para que fosse apresentado um relatório da situação do andamento do PLATUM. Sr. Marciano sugeriu que seria uma maneira mais prática enviar por e-mail, junto com as convocações, o relatório de acompanhamento e os pontos que exigissem alguma discussão dos Conselheiros fosse apresentado na reunião. Ressaltou que poderíamos utilizar toda a energia do Sr. Vereador Salim Curiati para conseguirmos mais verbas para o FUTUR. Sra. Denise comunicou que deixará a pasta com os ofícios solicitados pelo Conselho para que os Srs. Conselheiros contemplem e iremos retornar a enviar o Boletim Informativo com todas essas informações que foram solicitadas. Sr. Marciano sugeriu que fosse encaminhado uma cópia desse relatório para a Comissão de Turismo na Câmara para que eles também saibam o que está acontecendo. Sra. Denise ressaltou que esse relatório será encaminhado para o Presidente da Comissão. Sr. Aristides pediu que a proposta do Sr. Marciano seja aprovada pelo Conselho. Sr. João Batista passou a palavra ao Sr. Armando para depois aprovar a proposta. Sr. Armando informou que cabe pelo regimento interno, uma prestação de contas mensal, assim teremos que ter um relatório das atividades ocorridas e do que efetivamente foi gasto, caberá ao FUTUR, que tem representantes do Governo e do Executivo, mostrar o trabalho realizado na cidade. Sra. Denise esclareceu que esse trabalho que estaremos realizando de apresentar as contas se iniciará a partir do próximo mês. Sra. Cristina lembrou que na reunião anterior foi comentado pelo Sr. Celso Marcondes sobre um senhor que contactava os Consulados para vender um projeto dos 450 Anos, suposto pacote de Carnaval, no qual uma escola iria homenagear o país, mediante pagamento a este senhor. O assunto foi levado à DEATUR, que possui uma unidade especializada no atendimento às Autoridades Consulares, essa pessoa foi identificada, localizada e indiciada em um inquérito, que será encaminhado nos próximos dias à Justiça. Sr. João colocou a proposta da Sra. Magda sobre os relatórios de esclarecimentos e informações sobre o PLATUM para a aprovação. Em nada havendo a ser declarado a proposta dos relatórios foi considerada aprovada. Sr. João Batista convidou a Sra. Nádia Somekh, presidente da EMURB, que apresentará o Programa de Revitalização do Centro, para compor a mesa. Sra. Nádia iniciou sua apresentação agradecendo a todos os Conselheiros e à Presidência do COMTUR pela oportunidade desta apresentação. Informou que o Estado de São Paulo produz metade da riqueza do País e essa riqueza está centralizada em um raio de 100 Km em torno da região metropolitana, 90% está concentrada em uma área muito restrita, desde São José dos Campos até Sorocaba e Baixada Santista. O Programa de Reabilitação do Centro prevê recursos e financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID na ordem dos U\$ 100 milhões, focalizando o Plano de Reconstrução do Centro, elaborado no início da Gestão da Sra. Marta Suplicy, o qual focaliza a questão do Centro antigo e cria uma Agência de Desenvolvimento, que permitirá que nunca mais o Centro passe por essa degradação e descaso. Esse programa prevê o focalização dos distritos da Sé e da República, que tem um entorno composto pela Subprefeitura da Mooca, esses distritos possuem uma área de 4,4 Km<sup>2</sup>, 70.000 habitantes e uma série de características que o configuram como um Centro pulsante. Sra. Nádia comentou que uma das características do Centro é ser um local de passagem de 30% do transporte coletivo do Município, que irá mudar com o novo sistema de transporte que prevê a construção de uma série de terminais com o objetivo de tirar muitas linhas de ônibus do Centro e equacionar com um sistema local mais leve, melhorando o Centro da cidade. O Centro da Cidade tem um cotidiano intenso e às vezes a questão dos ambulantes impede a circulação das pessoas que passam na região, além da sensação de insegurança que o Centro dá devido a esse problema, mas as pesquisas demonstram que as áreas mais violentas não são as do

Centro. Existem 763 edifícios tombados no Centro e 147 em processo de tombamento, o que limita o destino e o uso que podemos dar ao Centro. Existem áreas de calçada, que em geral têm diversos problemas, pois foram criadas há 30 anos e precisam ser revistas. Sra. Nádia mostrou a estrutura da cidade que fez com que o Centro se tornasse esse nó, o Centro acabou tendo essa característica de passagem e de edificação dentro da cidade, temos as Radiais que trazem para o Centro uma população de baixa renda que expulsou, ao longo do tempo, a população de renda superior. Esse projeto prevê também a transformação do Centro da cidade em um novo produto turístico, podemos pensar no Centro como um Centro simbólico, valorizando o patrimônio histórico, mas entendendo que o Centro tem que ter atividades e tem que gerar empregos e riquezas, em termos de arrecadação e valorização. Os problemas do Centro são: 1- desvalorização Imobiliária e afetiva do Centro, 2- deslocamento da elite e uma popularização da área central, 3- perda de identidade afetiva da área central por causa dos baixos investimentos, 4- degradação do quadro construído e desqualificação dos espaços públicos e do patrimônio histórico, 5- existência de edifícios vazios, 6- deterioração dos edifícios históricos, 7- grande número de imóveis alugados e 8- incapacidade do Centro de oferecer espaços terciários de qualidade, exigida pelo mercado, mas por outro lado é possível ter empresas de alta tecnologia e de outras atividades complementares. Sra. Nádia comentou que foi confirmada a queda de algumas atividades e de serviços, houve a saída de algumas empresas, o que causou o esvaziamento dos edifícios do centro, além do esvaziamento residencial. Outro problema do Centro é a degradação do ambiente urbano que vai desde problemas de drenagem (inundações), dificuldades na limpeza e destinação dos resíduos, aliado aos baixos investimentos na zeladoria, até a diminuição da vegetação. Sra. Nádia informou que hoje a coleta do lixo na área central é de 2,3 toneladas por dia, o que é muito ruim. Outro ponto que está sendo visto pela SEMPLA é a revisão da Lei de Zoneamento que não contribui para a renovação do quadro construído, limitando o coeficiente de aproveitamento da cidade de São Paulo, o que produziu novas áreas de verticalização e não fez nada para recuperar o Centro. A Lei de Zoneamento tem uma das zonas que se chama Z8-200, que é quase um tombamento dos edifícios históricos, mas essa é apenas uma medida política de preservação, pois não basta proibir que os edifícios não sejam demolidos, tem que completar essa política buscando atividades que valorizem esse patrimônio. Houve uma Lei de Pinturas que não deu certo; a operação Anhangabaú (1991-1993) teve um único caso pelo seu tempo limitado e a Lei de Fachadas - 1997, a qual simplesmente devolve 10 anos de IPTU, sem saber o que está sendo recuperado, sem fazer uma equação de avaliação de quanto está sendo investido em ressarcimento em benefício da recuperação da cidade. A revisão da legislação está sendo equacionada no Plano Diretor da subprefeitura da Sé, com foco especial nos distritos Sé e República. Foram feitas 3 dinâmicas com os agentes da área central, empresários, Ações Locais, Viva o Centro, advogados, Sindicato de Hotéis, para verificar quais são os problemas do Centro e a conclusão foi que há uma ausência de projetos Estratégicos, de articulações e ações entre as Secretarias, não existe estrutura que dê conta da matricialidade, a política para os pobres é insuficiente, pois existe exclusão social e os projetos urbanísticos devem prever a inclusão social. O Centro deve ser local da diversidade de classes sociais, deve existir uma política de uso e de ocupação do solo do Centro, uma política mais efetiva de preservação do Patrimônio Histórico. Os empresários apontaram também a questão dos ambulantes, que é um problema de estruturação da nossa economia e precisa ser equacionado. Já existe um grupo de trabalho, coordenado pelo Secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, que prevê três tipos de ações, metade do que os ambulantes comercializam são produtos ilegais, assim a Prefeitura pode coordenar, mas a polícia tem que estar presente para

fazer as apreensões necessárias, a outra parte pode ser tirada da rua e ir para um Shopping popular e a Associação Comercial é parceira da Emurb nessa ação, mas mesmo assim sobraram ambulantes na rua e a partir desse momento a Prefeitura pode entrar com uma política de regulamentação dos ambulantes com projeto urbanístico. Ressaltou que tudo é passível de regulamentação, pois existem muitos interesses diversificados na cidade e é preciso garantir que o patrimônio e o espaço público sejam valorizados. O Centro tem que se tornar um local que a população e os turistas queiram visitar, circular e usufruir. Sra. Nádia ressaltou que além do problema dos ambulantes, os empresários falaram sobre uma série de problemas que já foram sintetizados no Projeto, os movimentos populares também se manifestaram sobre a ausência de movimento de pessoas à noite, por não ser mais um bairro residencial, e a solução seria criar e estimular atividades. A estratégia é que alguns setores permaneçam no Centro, como o Poder Judiciário, de comércio popular, as Bolsas de Valores e as ruas especializadas, temos que atrair alguns setores de atividades em potencial, como a sede do Poder Municipal e do Poder Público, que já estão em processo de mudança para o Centro, além de algumas Secretarias, instituições universitárias e ONGs, assim podemos ter mais movimento no Centro fora do horário comercial, resgatando o caráter de pólo de lazer e turismo que o Centro sempre teve. Enfatizou que vão conseguir através de uma série de iniciativas que vão desde leis de incentivo seletivo até negociação para trazer livrarias, cinemas e restaurantes, retomando a animação fora do horário comercial. O novo tecido produtivo de micro, pequenas e médias empresas pode ser construído no Centro, pois o quadro construído tombado é de unidades pequenas, assim é possível preencher esses espaços sem precisar fazer grandes modificações, abrigando essas empresas que terão incentivos para se mudarem para o Centro. Sra. Nádia lembrou que a atração do terciário avançado de alta tecnologia se adaptará ao Centro, pois está é uma área que tem uma altíssima densidade de cabeamento ótico, e esse setor trará um comércio sofisticado já que haverá uma diversidade de classes. Estão trabalhando para que o Centro também seja uma área residencial de diversas faixas de renda, estão em contato com a Caixa Econômica e o Secovi para discutir a possibilidade de um financiamento especial para a reforma de edifícios e das unidades residenciais. Sra. Nádia ressaltou que não se pode esquecer do tecido produtivo comercial clássico, com comércios tradicionais que o Centro da cidade possui, existem espaços deste tipo de comércio que precisamos valorizar, pois também fazem parte da memória do Centro. As ações que estão sendo feitas são: 1- criação de diversos Grupos de Trabalho que estão passando por um processo de reorganização e de uma maior objetividade com os seus resultados, 2- criação da Agência de Desenvolvimento que vai ser abrigada na EMURB e deverá dar maior efetividade ao Pró Centro, o qual será ampliado e transformado nessa agência e deverá ter o papel de articular o Poder Municipal e a Iniciativa Privada, 3- está sendo revista a legislação, não só as leis que foram apresentadas, mas todas que interferem no desenvolvimento do Centro, 4- criação de uma lei de incentivo seletivo que deverá ser melhor divulgada, pois essa lei já foi aprovada em janeiro e está sendo regulamentada e prevê uma devolução de impostos às atividades que interessam ao Centro do ponto de vista estratégico e 5- a criação de um sistema de informações empresariais, o que deverá ajudar o empresário que quiser trazer novas atividades para o Centro da cidade. Esse sistema está sendo montado e deverá cruzar informações sobre a população, renda, atividades existentes, legislação e disponibilidade imobiliária, assim se um empresário quiser abrir uma empresa no Centro, esse sistema facilitará o processo. Sra. Nádia comentou que o problema da desvalorização imobiliária está sendo analisado em um programa de zeladoria especial, no qual o subprefeito coordena a recuperação das calçadas, asfaltamento, limpeza, fiscalização e comércio ambulante, enfim um trabalho

de zeladoria. A Secretaria de Segurança Urbana está implementando uma gestão comunitária com os agentes das ações locais para gerir de forma mais adequada a segurança do Centro. A Secretaria de Assistência Social tem um programa especial, pois existem 10.500 pessoas morando nas ruas do Centro. Para a transformação do perfil econômico, a própria Agência de Desenvolvimento é um fator importante, ações de trabalho e renda, atenção às pessoas que moram nas ruas, sistema de informações empresariais e projetos urbanos estratégicos como o corredor cultural que está sendo implementado, a previsão de entrega do entorno do Teatro Municipal é até junho e o corredor cultural que vai desde o Centro Cultural Banco do Brasil, Pátio do Colégio até a Praça da República e Largo do Arouche até dezembro de 2003. Está prevista não só a recuperação do Largo do Arouche, mas a recuperação da Praça da República e Praça da Sé, a EMURB desenvolveu os projetos de recuperação paisagística e estamos implementando-os. Para a valorização imobiliária do Centro, a Caixa Econômica e o Secovi estão analisando novas linhas de financiamento e para a população de baixa renda existe um programa da Secretaria de Habitação, que se chama Morar no Centro, que prevê a recuperação de Edifícios Históricos e os perímetros de recuperação integrada do *habitat*, com a reutilização da grade construída e a melhoria das condições do bairro, principalmente na região da Luz, do Brás, Santa Cecília e periferia do Centro. Os projetos urbanos estratégicos estão recuperando o Parque Dom Pedro, o Palácio das Indústrias, que se tornará o Museu da Cidade e um local para exposições e eventos, o Mercado Municipal, que está passando por um processo de conservação, preservação, valorização e restauro do patrimônio. Estão equacionando o problema da quadra perto do Palácio das Indústrias, a qual pertence à Paróquia de São Vitto, o que não é fácil, pois os responsáveis pelo BID queriam que o prédio fosse implodido, o que é muito caro, além do custo social de realocação das pessoas que moram no local, para isso a Secretaria de Habitação está montando um quadro de avaliação da melhor alternativa para esse edifício. Sra. Nádia comentou que a degradação ambiental também é muito grande, começando com o combate às enchentes, com a construção de diversos piscinões, além da recuperação das galerias de drenagem e a revegetação dos parques, praças e canteiros. A legislação urbanística passa por uma revisão importante e uma série de ações que compõem o programa do BID para a recuperação do ambiente. É importante dizer que a verba do BID é apenas uma parte do recurso total, mais importante que os recursos do BID é a mobilização da sociedade civil, dos empresários e dos movimentos para apoiarem esse projeto e buscarem novas soluções. Esse projeto envolve 12 Secretarias e 5 empresas, num esforço de coordenação, temos que fechar a lista de ações que comporão o financiamento até dia 23 de maio, esperamos que até agosto a cidade assine o contrato com o BID e assim começarão a receber os recursos para dar continuidade a este projeto o que já está ocorrendo graças a um investimento do Prefeitura de R\$ 65 milhões. Sra. Nádia agradeceu a atenção de todos. Sr. João Batista abriu a palavra aos Srs. Conselheiros. Sr. Antônio Reinales elogiou a exposição da Sra. Nádia e comentou que a hotelaria da cidade de São Paulo vê dois itens como principais problemas, o primeiro é a segurança e o segundo são os ambulantes, ressaltou que se estes dois problemas não forem resolvidos não iremos conseguir mudar a imagem do Centro. A segurança é um item muito importante e uma maneira de se resolver esse problema é construir, como a Paulista Viva e os Hoteleiros já estão fazendo, cabines de policiamento. Lembrou que um fator que atrapalhou muito a hotelaria do Centro foi o fato de a Prefeitura tentar resolver o problema social do Centro instalando os moradores de ruas nos edifícios abandonados, pode até resolver o problema dos sem teto, mas acaba criando um problema muito negativo para a hotelaria, pois seus hóspedes irão se instalar em outras áreas, pois foi divulgado na mídia que eram os hotéis do Centro que estavam

hospedando os sem teto. Sr. Luís Alexandre Lara parabenizou a apresentação e o trabalho da Sra. Nádia, pois o Centro é uma área muito rica em patrimônio cultural, histórico, arquitetônico, artístico e de memória. Lembrou que a questão aérea portuária não pode ser esquecida, existe uma Comissão de Assuntos Aéreoportuários na Prefeitura de São Paulo e, historicamente, as Municipalidades nunca discutiram a questão dos seus aeroportos, apesar deles estarem situados dentro do território da cidade, com todo o impacto, positivo e negativo, que essa atividade estabelece nas municipalidades e na malha urbana. Sr. Luís comentou que neste Conselho temos representantes de companhias aéreas e da própria Infraero, gestor da infra-estrutura aeroportuária no Brasil, tendo a compreensão de como esse equipamento é importante para o desenvolvimento das cidades, São Paulo seja talvez um dos Centros de demanda de maior qualidade e de maior número do Brasil e da América Latina, temos uma infra-estrutura insuficiente para atender todo o setor de negócios e a indução de desenvolvimento que a Cidade vai gerar. Propôs que fosse incluído em pauta deste Conselho a discussão da importância de se valorizar os nossos aeroportos, contando com Congonhas e o Campo de Marte, que é o 5º maior aeroporto em operação em termo de movimento no Brasil, sem esquecer que essa atividade é basicamente estratégica do ponto de vista regional, nacional e internacional, assim estabeleceremos um link entre os aeroportos da região metropolitana de São Paulo e os anéis rodoviários e ferroviários. Sr. Luís comentou que a intermodalidade, que foi esquecida por nossos representantes por muito tempo, começa a reavivar-se, o Sr. Governador pretende reativar o Projeto com relação ao anel ferroviário e se estabelecermos uma ligação entre as ferrovias e o Rodoanel iremos deixar de lado o anel aeroviário que é muito importante para o desenvolvimento de São Paulo. Sr. João Batista sugeriu ao Sr. Luís Alexandre que fosse agendada uma nova reunião do COMTUR para apresentação de toda essa situação e projeto, pois esse assunto é muito importante para o turismo na cidade. Sra. Sylvia Mangabeira informou que a pixação torna o Centro feio, os turistas que têm que descer a Rua da Consolação para chegar ao Centro se deparam com as pixações por todo lado, uma solução para este problema poderia ser a utilização de uma tinta especial que não pega pixação. Outro problema é que quando falamos dos ambulantes, que trabalham principalmente com produtos ilegais, as pessoas que compram esses produtos estão dando de comer aos pobres da China e porque não utilizar os prédios, não só os do Centro, para a acomodação de empresas e indústrias e empregar essas pessoas. Sr. Armando ressaltou que temos no Centro da cidade algumas feiras de artesanato e arte em geral e não apareceu nenhuma referência a esse assunto na apresentação da Sra. Nádia, já que estas atividades também fazem parte da cidade e tem uma visitação da população e de turistas. Sra. Natália, chefe de gabinete da Sra. Vereadora Myryam Athie, parabenizou a Sra. Nádia pela apresentação e questionou sobre a questão dos jornalheiros, pois com esse projeto todas as Bancas de Jornal estariam recebendo notificações e seriam retiradas. Sra. Vininha de Moraes complimentou a Sra. Nádia e ressaltou que dentro desse Plano seria interessante que fosse implementado, de alguma forma, uma motivação ou incentivo para que a classe média também passasse a frequentar o Centro da cidade, com seus escritórios, centros comerciais e residências. Sra. Valéria completou as palavras da Sra. Sylvia sobre as pixações dizendo que todas as empresas de automóveis tem uma linha de tinta especial para pintar seus carros, essas tintas possuem um produto com uma resistência muito grande e essas empresas não utilizam todo seu estoque de tintas e disponibilizam para quem as quiserem utilizar, assim poderiam ser aproveitadas, sem nenhum custo, para a pintura de fachadas. Comentou que a revitalização do Centro da cidade é muito importante, pois além de ser parte essencial da história é uma das áreas mais produtivas da cidade, por onde passam

milhares de pessoas por dia. Sra. Valéria comentou que levou alguns turistas para visitar o Centro da cidade e pela manhã conseguiram caminhar com tranquilidade, pois não haviam camelôs na rua, mas no período da tarde os camelôs tomaram as ruas do Centro e ficou impossível passar por elas, o que causou uma má impressão. Enfatizou que só iremos conseguir tirar os camelôs das ruas do Centro quando colocarmos flores nos calçadões, as ruas ficarão mais bonitas, transformando-os em *boulevares*. Sra. Nádia agradeceu os comentários e disse que todas as opiniões são muito importantes para o Projeto. Em relação aos imóveis residenciais não existem imóveis prontos para morar, assim estamos estabelecendo junto à Caixa Econômica e ao Secovi uma nova linha de financiamento para a reforma de edifícios e para o comprador de imóveis. As bancas de jornal não estão sendo excluídas do centro, não temos o direito de tirar os trabalhadores que possuem a permissão de uso do espaço, pois eles estão regulamentados, por outro lado, se o projeto necessitar de uma realocação de alguma banca, isso será negociado, temos que achar a melhor forma de termos um Centro para o uso apropriado da coletividade. Sra. Nádia lembrou que a questão da segurança já está sendo vista, tanto que alguns relatos mostram que já houve uma melhora nesse quesito e existe um projeto da Secretaria de Segurança Urbana, que se chama Centro Seguro, já com fiscais nas ruas do Centro. Lembrou que a EMURB participou de um seminário, onde a Prefeitura de Montevideú contou como eles conseguiram equacionar o problema com um Programa de Ambulantes, eles começaram há 12 anos atrás e só agora estão sentindo os resultados. Ressaltou que é muito importante que toda a sociedade se envolva e traga opiniões e soluções para esses problemas. Enfatizou que os problemas sociais são complicados, pois é uma área muito diversificada, da mesma maneira que não podemos expulsar as bancas do Centro não podemos também expulsar os moradores de baixa renda, assim é melhor para a cidade que esse programa crie melhores condições de financiamento para que essas pessoas possam ter melhores condições de moradia, o BID exige uma contra partida em troca dos U\$ 100 milhões, em um primeiro momento a proposta era meio a meio, a Prefeitura e a cidade deveriam também entrar com U\$ 100 milhões para essa reforma, mas consideraram que este programa tem um impacto social muito importante e assim mudaram a proporção da Prefeitura para 40%. Sra. Nádia comentou que o problema das pixações estão previstas nesse programa, foi realizada uma reunião com uma pessoa que tem uma interlocução fácil com os pixadores, o qual disse que é muito difícil segurá-los, pois eles querem transgredir e se mostrar e não aceitam nenhum acordo com a Prefeitura, alguns deles receberam bolsas para se tornarem agentes comunitários para incentivar o desenho, mas mesmo assim ainda não temos a solução definitiva. Esse projeto também prevê um projeto urbanístico para abrigar melhor essas feiras de artesanato que são atrativos turísticos que queremos valorizar. Agradeceu ao Conselho pela oportunidade e pediu o empenho de todos neste projeto. Sr. João Batista agradeceu a Sra. Nádia pela apresentação e a convidou para participar das reuniões do COMTUR. Informou a todos os nomes dos novos Conselheiros: pela SEME, o Sr. Aurélio Cesar Nogueira Amaral, como titular e a Sra. Ana Lúcia Polli, como suplente, pela SEMPLA, o Sr. José Magalhães Jr., como titular e manteve o seu suplente. Comunicou que através da Portaria Municipal 151, de 17 de abril de 2003, foi nomeado o Sr. Armando Arruda Pereira Campos Mello como o novo Presidente do Conselho de Orientação do Fundo Municipal de Turismo – FUTUR. Sra. Denise lembrou que também será encaminhado aos Conselheiros o calendário do 2º semestre para que todos possam se agendar. Sr. Armando explanou que a UBRAFE realizou, em Brasília, um Congresso e uma Exposição para apresentar o sistema expositor brasileiro e alguns modelos de promoção comercial ao Governo, é um evento que a UBRAFE pretende repetir em outras capitais no decorrer desse intervalo de 4 anos. Essa apresentação se

fez necessária, pois a cada mudança de governo, a Política Comercial Brasileira sofre alterações de rota e em certos momentos o sistema expositor que já está montado, fica à margem das discussões e providências. A abertura foi feita pelo Sr. Ministro Walfrido dos Mares Guia e contaram com a presença do Comitê Paulistano de Captação e Promoção de Eventos, formado pela Anhembi, ABEOC, UBRAFE e SPC&VB e o Sr. Eduardo Sanovicz, atual presidente da EMBRATUR, dos Ministérios de Turismo, Relações Exteriores, Desenvolvimento e Comércio Exterior, SEBRAE, APREX e Invest Brasil, e essa apresentação deu um pouco da noção dos números que a cidade produz e o que a cidade representa para o turismo de negócios do Brasil. Tivemos neste evento a apresentação do modelo de Comércio Exterior Italiano, Americano e o Inglês, esse material será disponibilizado e todos os Conselheiros o receberão. Sr. Armando lembrou que cidade boa para receber turistas de negócios é aquela que possui aeroportos urbanos com qualidade e a menor distância possível dos seus destinos de negócio. Agradeceu a sua indicação para Presidente do FUTUR e colocou o FUTUR à disposição de todos para lutar a favor do turismo da Cidade. Sr. Sérgio Bicca completou dizendo que os principais momentos desse evento estarão disponíveis na Internet, a partir da próxima semana, no site da Ubrafe, [www.ubrafe.com.br](http://www.ubrafe.com.br). Sr. João Batista encerrou a reunião as 12h35. Para constar, eu, Luciana Bertaglia do Canto, lavrei a presente ata, que se aprovada será assinada pelos membros do Conselho.

São Paulo, 13 de maio de 2003.

|                      |                               |       |
|----------------------|-------------------------------|-------|
| Secretária           | Luciana B. do Canto           | _____ |
| Vice-Presidente      | João Batista de Lima (UBRAFE) | _____ |
| Secretária Executiva | Denise Battistini (Anhembi)   | _____ |
| ABAV                 | Shigueru Tamura               | _____ |
| ABEOC                | Sérgio Luiz Bicca             | _____ |
| ABIH                 | Antonio Reinales              | _____ |
| ABRACCEF             | Ana Luisa D. Cintra           | _____ |
| ABRAJET              | Vininha de Moraes             | _____ |
| ABRAJET              | Paulo Santos Mattos           | _____ |
| ABREDI               | José Américo Dias da Rocha    | _____ |
| ASSOCITUR            | Magda Rita Ardito             | _____ |
| DEATUR               | Cristina H. S. Sant`Ana       | _____ |
| DSV                  | Reinaldo Peres Rodrigues      | _____ |
| EMURB                | Nádia Somekh                  | _____ |
| EMURB                | Elisete Borim                 | _____ |
| SCTDET               | Sonia Belardinucci            | _____ |
| SCTDET               | Doroti Fadllala               | _____ |
| SEME                 | Aurélio Cesar N. Amaral       | _____ |
| SEMPLA               | José Magalhães Jr.            | _____ |
| SEMPLA               | Rubens Chammas                | _____ |
| SGM                  | Célia Ramos                   | _____ |
| SGM                  | Luiz Alexandre Lara           | _____ |
| SINDETUR             | Marciano Gianerini Freire     | _____ |
| SINDEGTUR            | Carlos Alberto Gusmão         | _____ |

